**PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 44/2014**

**TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº44/2014**

1. **OBJETO**
   1. - Aquisição de 01 (um) DIGITRONCO, destinados para uso do Município de Imbuia, conforme as especificações contidas neste **PROCESSO** **ADMINISTRATIVO**.
2. **JUSTIFICATIVA**

**2.1 –** A Secretaria Municipal de Imbuia órgão responsável para gerir a sistemática administrativa da Prefeitura Municipal de Imbuia, na sua forma de atuação junto ao Executivo Municipal, visando à dinamicidade de seus processos e as resoluções práticas das possíveis problemáticas administrativas que venham a ser tramitada neste município, vem por este **PROCESSO ADMINISTRATIVO** justificar a respectiva contratação.

**2.2 -** Ressaltamos que até o presente momento não há qualquer empresa com cobertura e autorização da **ANATEL** para o fornecimento do objeto desejado.

**2.3 –** Para tanto, torna-se imperioso o uso da **CONTRATAÇÂO DIRETA por INEXIGIBILIDADE**, por impossibilidade de competitividade e, com fulcro no art. 25, inciso II da Lei 8.666/93 e suas alterações, tendo em vista os valores obtidos em pesquisa de mercado e diante da celeridade que o caso requer.

1. **ESPECIFICAÇÕES E QUANTIDADES**

**3.1 -** Conforme descrição abaixo:

|  |  |  |
| --- | --- | --- |
| **Item** | **Material** | Quant. |
| 01 | * Serviço DIGITRONCO com 7.000 minutos destinados a ligações locais | 01 und. |

**3.2.** Serão assim distribuídos, conforme as necessidades apontadas pela Prefeitura:

|  |  |
| --- | --- |
| **LOCALIDADE** | **QTD** |
| PREFEITURA MUNICIPAL DEIMBUIA | 01 |
|  |  |
| **TOTAL** | **01** |

1. **PRAZO E FORMA DE EXECUÇÃO**

**4.1 -** Os equipamentos deverão ser entregues, no prazo máximo de 90 (NOVENTA) dias corridos, contados da data de recebimento da Nota de Empenho, no seguinte endereço: Rua: **BERNARDINO DE ANDRADE, 86 – CENTRO – CEP 88440-000 – IMBUIA/SC.**

**4.1.1** A vigência da contratação se estenderá até 21 de julho de 2015, podendo ser renovado por mais 12 meses, através de termo aditivo do contrato, assim sucessivamente até o limite de 60 meses, conforme Lei 8.666/93.

**4.2 -** Os materiais serão recebidos da seguinte forma:

**4.2.1** - **Provisoriamente**, no ato da entrega, para efeito de prévia verificação da conformidade dos produtos com as especificações constantes na proposta da empresa, referentes à marca, modelo e quantidade.

**4.2.2** - **Definitivamente**, após a verificação da qualidade, quantidade e atendimento às especificações técnicas, no prazo máximo de 10 dias corridos, contados do recebimento provisório.

**4.3** - Após o recebimento provisório, o servidor e/ou Comissão de Recebimento verificará o tipo, o modelo, qualidade e as especificações técnicas dos aparelhos entregues. Estando em conformidade, será efetuado o recebimento definitivo.

**4.4** - Se após o recebimento provisório constatar-se que o fornecimento foi executado em desacordo com o especificado ou com a proposta, após a notificação por escrito à empresa de telefonia **OI S.A.**, serão interrompidos os prazos de recebimento e suspenso o pagamento, até que qualquer situação constatada seja sanada.

**4.5 -** Em caso de equipamentos em desconformidade com o exigido, será determinado um prazo de no máximo 30 (trinta) dias corridos, para que a empresa **OI S.A.** as substituam, que se iniciará a partir da data do Termo de Recusa de Material, correndo às suas expensas a substituição das mesmas que vierem a ser recusadas.

1. **ESTIMATIVA DE CUSTO DA CONTRATAÇÃO**

**6.1 -** O valor máximo estimado para essa aquisição é de R$ 5.023,08 (cinco mil e vinte e três reais e oito centavos) por ano, conforme proposta comercial anexada.

1. **GARANTIA DOS EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS**

**7.1 –** Cabe a CONTRATADA oferecer garantia pelos aparelhos (ou equipamento), por um período mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo, sem qualquer ônus adicional para o Município de Imbuia.

**7.2 -** Se detectado defeito, a substituição dos aparelhos (ou equipamento) será feita por conta da CONTRATADA, no prazo estipulado de no máximo 30 (trinta) dias corridos, sem ônus adicional para o Município de Imbuia.

**7 - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**7.1 -** Os recursos necessários para aquisição correrão à conta das dotações aprovadas no Orçamento Geral do Município para o exercício 2013, destinadas a Prefeitura Municipal de Imbuia, conforme dotação conforme dotação seguir:

ÓRGÃO: 03 SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO, FAZENDA E PLANEJAMENTO

Unidade: 01 Departamento de Administração e Planeamento

Funcional: 04.122.0009.2.003 Manutenção da Administração Central

(8) 3.3.90.00.00.00.00.00 0119 – Aplicações Diretas

ORGÃO: 11 FUNDO MUNIIPAL DE SAUDE

Unidade: 01 Fundo Municipal de Saúde

Funcional: 10.301.0025.2.012 Manutenção do fundo de Saúde

(5) 3.3.90.00.00.00.00.00 0151 – Aplicações Diretas

**8 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

**8.1 -** Arcar com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas, sem qualquer ônus para o Município.

**8.2 -** Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na entrega do material.

**8.3 -** Responsabilizar-se por todas as despesas relativas aos materiais, mão-de-obra, embalagens, ferramentas, fretes, transportes, impostos, taxas, emolumentos ou quaisquer outras incidentes sobre o fornecimento assim como encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais resultantes da execução do fornecimento.

**8.4 -** A empresa fornecedora sujeitar-se-á às disposições do Código de Proteção do Consumidor, instituído pela Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990.

**8.5 -** Entregar os materiais no local indicado, observando rigorosamente o prazo, as especificações e exigências estabelecidas neste **PROCESSO ADMINISTRATIVO** e na Proposta de Preços apresentada pela **OI S/A**.

**8.6 -** As despesas decorrentes da entrega dos materiais na Prefeitura Municipal de Imbuia e sua posterior devolução, caso seja necessária, serão de inteira responsabilidade da empresa.

**8.7** - Aceitar, nas mesmas condições, e mediante Termo Aditivo, os acréscimos e supressões que se fizerem necessárias, no montante de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do fornecimento, de acordo com o parágrafo primeiro do art. 65 da Lei n.º 8.666, de 1993.

**8.8 -** Manter, durante toda a vigência do fornecimento, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas neste **PROCESSO ADMINISTRATIVO**.

**8.10 -** A ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da Prefeitura Municipal de Imbuia eximirá a empresa fornecedora de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes.

**9 - OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**9.1 -** Prestar as informações e esclarecimentos atinentes ao objeto deste **PROCESSO ADMINISTRATIVO** que venham a ser solicitadas pela empresa fornecedora.

**9.2 -** Impedir que terceiros, sem autorização, forneçam os materiais solicitados.

**9.3 -** Acompanhar, fiscalizar e supervisionar o fornecimento dos materiais, por meio da verificação da qualidade e quantidade solicitada, levando-se em consideração as datas de fabricação, prazo de validade e vencimento, e conseqüente aceitação expressa do Fiscal do Contrato.

**9.4 -** Devolver todo e qualquer material que estiver fora das especificações e solicitar expressamente sua substituição.

**9.5** - Efetuar o (s) pagamento (s) da (s) Nota (s) Fiscal (ais) ou Fatura (s) da empresa fornecedora após a emissão do Termo de Recebimento Definitivo, em conformidade com a data de vencimento acordado, conforme proposta comercial. Em caso de atraso, a Prefeitura Municipal de Imbuia deverá arcar com: (i) Multa de 2,0%; (ii) Juros de mora de 1,0% a.m *pro rata die*; (iii) Correção monetária pelo IGP-DI.

**9.6** - Designar um servidor para o recebimento dos materiais, a ser indicado pela Prefeitura Municipal de Imbuia.

**10 - FISCALIZAÇÃO E CONTROLE**

**10.1 -** Em cumprimento ao disposto no art. 67 da Lei nº 8.666/93, o representante da Prefeitura Municipal de Imbuia será formalmente designado em Portaria, para o fim de realizar a fiscalização do recebimento do material adquirido.

**10.3 -** À fiscalização fica assegurado o direito de exigir o cumprimento de todos os itens especificados no PROCESSO ADMINISTRATIVO, inclusive rejeitar, totalmente ou em parte, qualquer material que não esteja de acordo com as exigências, ou aquele que não seja comprovadamente original e novo, assim considerados de primeiro uso.

**11 - DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO**

11.1 - Pelo cumprimento do objeto a ser contratado, o contratante pagará ao contratado a quantia relativa ao efetivo fornecimento, calculado de acordo com os preços constantes da proposta sem qualquer ônus adicional.

11.1.1 - A contratada apresentará Nota Fiscal ou Fatura de Telefônica com código de barras para pagamento a ser efetuada pela Prefeitura Municipal de Imbuia.

**11.2** - O pagamento será efetuado pela Prefeitura Municipal de Imbuia no dia 14 (catorze), a partir do primeiro mês subsequente após dado o aceite definitivo por parte da CONTRATANTE e por um período de 36 meses, conforme especificado na proposta comercial.

11.3 - Na ocorrência de eventuais atrasos de pagamento provocados exclusivamente pela Administração, o valor devido deverá ser acrescido de correção monetária pelo índice do IGP-DI, e sua apuração se fará desde a data de seu vencimento até a data do efetivo pagamento, os juros de mora serão calculados à taxa de 1,0% (um por cento) ao mês, *pro rata die* e multa de 2,0%.

**12 - SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**12.1** - Pela inexecução parcial ou total das condições pactuadas, garantida a prévia defesa, ficará a Contratada sujeita às seguintes sanções:

a - advertência por escrito;

b - multa compensatória de até 10% (dez por cento) sobre o valor da parcela em atraso, o que poderá ensejar a rescisão contratual, sem prejuízo das demais penalidades previstas na Lei nº 8.666/93.

c - suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração, por até 2 (dois) anos;

d - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, conforme normativos da Lei 8.666/19963.

**12.2** - O atraso injustificado na execução do contrato sujeitará a Contratada à multa moratória de 0,25% (vinte e cinco centésimo por cento) ao dia, sobre o valor do contrato, aplicável até o 20º (vigésimo) dia de atraso.

**12.3**. As sanções previstas nas alíneas “a”, “c” e “d” poderão ser aplicadas juntamente com a alínea “b”, facultada a defesa prévia do interessado, no respectivo processo, no prazo de 05 (cinco) dias úteis contados a partir de sua notificação.

**12.4.** A multa aplicada, após regular processo administrativo, será descontada da garantia prestada.

**12.5.** Não será aplicada multa se, comprovadamente, o atraso na prestação do serviço advier de caso fortuito ou motivo de força maior.

**12.6.** O descumprimento total ou parcial das responsabilidades assumidas pela contratada, sobretudo quanto às obrigações e encargos sociais e trabalhistas, ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste contrato e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 87 da Lei n~~º~~ 8.666, de 1993.

**12.7.** Da sanção aplicada caberá recurso, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da notificação, à autoridade superior àquela que aplicou a sanção.

**12.8.** Decorridos 30 (trinta) dias sem que a CONTRATADA tenha iniciado a prestação da obrigação assumida, estará caracterizada a inexecução contratual ensejando a sua rescisão.

Imbuia, 21 de julho de 2014.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**ANTONIO OSCAR LAURINDO**

PREFEITO

RG 940.769

CPF 379.284.309/91

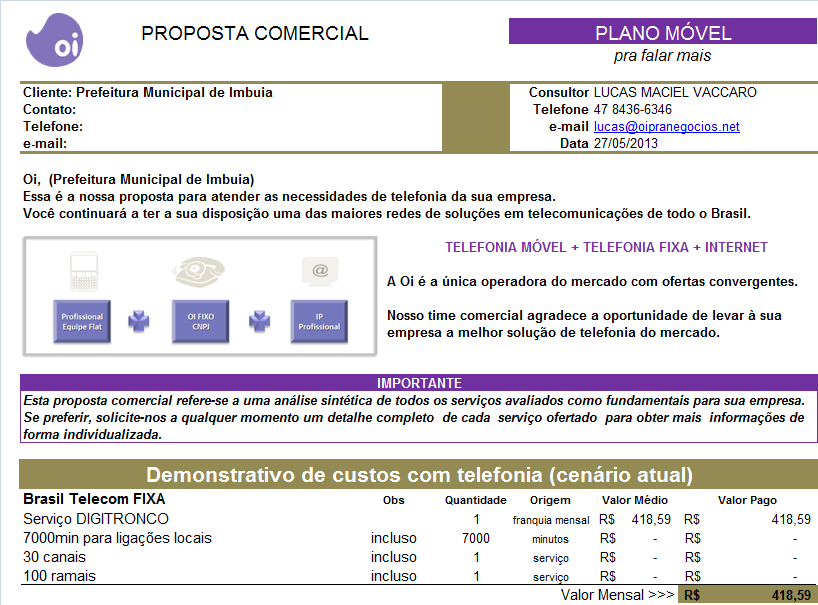
**ANEXO I**

**ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA**

* Agrega franquia de 7000min para ligações locais;
* Somente as chamadas para telefones fixos locais fazem parte da franquia;
* As chamadas para celular, as chamadas interurbanas e as chamadas a cobrar não fazem parte da franquia;
* Chamadas excedentes à franquia serão tarifadas em R$ 0,064/min;
* Será de responsabilidade do cliente disponibilizar toda infraestrutura necessária (área, energia elétrica e climatização) para a instalação dos equipamentos de telefonia;
* A instalação e manutenção do PABX são de total responsabilidade do cliente;
* A instalação está sujeita à viabilidade técnica;
* Em caráter promocional, a Taxa de Habilitação não será cobrada no momento da adesão. Será cobrada na hipótese de cancelamento do contrato pela empresa contratante antes do término do tempo de vigência do contrato;
* É um produto da Oi associado ao DIGITRONCO. Ele permite que os ramais da empresa recebam as ligações sem passar pela telefonista ou recepcionista. Esses ramais vão receber diretamente as chamadas;
* Quem ligar pro DDR vai falar diretamente com o usuário daquele ramal. O telefone desse usuário vai tocar, recebendo a chamada diretamente de fora da empresa.

**ANEXO II**

**PROPOSTA** **COMERCIAL**



**PORTARIA Nº 233/2014**

**POR ESTE ATO RESOLVE**

**I - DECLARAR E RATIFICAR** inexigível o procedimento licitatório, nos termos do art 25, *caput*, da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, para a contratação da empresa OI S.A. para a prestação de serviços (link dedicado de acesso a Internet (IP CONNECT)) pelo período de 12 meses (dozes) meses para atender a PREFEITURA MUNICIPAL DE IMBUIA;

**II ADJUDICAR** o objeto da inexigibilidade em favor da empresa supramencionada, pelo valor estimado de R$ 5.023,08 (cinco mil e vinte e três reais e oito centavos) por ano.

Imbuia, 21 de julho de 2014.

**\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_\_**

**ANTONIO OSCAR LAURINDO**

PREFEITO

RG 940.769

CPF 379.284.309/91